

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v22i39.1182>

DETERMINISMO RACIAL E O FUTEBOL BRASILEIRO: algumas reflexões sobre o racismo estrutural desde a década de 1930 ¹

RACIAL DETERMINISM AND BRAZILIAN FOOTBALL: some reflections on structural racism since the 1930s

DETERMINISMO RACIAL Y EL FÚTBOL BRASILEÑO: algunas reflexiones sobre el racismo estructural desde la década de 1930

MARCEL DE ALMEIDA FREITAS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4928-2136>

Doutor em Educação (Professor UEMG)

Divinópolis, Minas Gerais, Brasil

marcel.freitas@uemg.br

GABRIEL SALGADO RIBEIRO DE SÁ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3146>

Doutorando em Ciências Sociais (UFJF)

Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

gabrielsalgado4@hotmail.com

Resumo: Desde a década de 1930, visões deterministas sobre “raça” têm influenciado tanto o senso comum quanto as teorias sociais na explicação do sucesso do futebol brasileiro. Este artigo, fundamentado em uma abordagem genealógica e revisional-bibliográfica, além de trazer alguns exemplos da mídia impressa, problematiza essas perspectivas, como expressões de racismo estrutural. Tais visões: 1) reduzem comportamentos humanos à biologia, ignorando a cultura; 2) atribuem êxito e fracasso a fatores biológicos, como, por exemplo, em expressões “a seleção (não) teve raça!”; 3) sustentam o mito da democracia racial (“nos gramados somos todos iguais”); e 4) reforçam a crença que existam “raças humanas” com características inatas, desconsiderando evidências científicas contrárias. O artigo explora como essas ideias obscurecem forças socioeconômicas e culturais que moldam o futebol, perpetuando interpretações enviesadas. Por fim, enfatiza o abandono de discursos essencialistas, destacando o papel das dimensões sociais, culturais e econômicas na compreensão desse esporte.

Palavras-chave: racismo estrutural; futebol brasileiro; determinismo étnico-racial.

Abstract: Since the 1930s, deterministic views on “race” have influenced both common sense and social theories in explaining the success of Brazilian football. This article, grounded in a genealogical and bibliographical review approach, and drawing on examples from print media, criticizes these perspectives as expressions of structural racism. Such views: 1) reduce human behavior to biology, ignoring culture; 2) attribute success and failure to biological factors, as seen in expressions like “the Seleção (didn't) show race!”; 3) uphold the myth of racial democracy (“on the field, we are all equal”); and 4) reinforce the belief in “human races” with inherent characteristics, disregarding contrary scientific evidence. The article examines how these ideas obscure the socioeconomic and cultural forces shaping football, perpetuating biased interpretations. Finally, it emphasizes the need to abandon essentialist discourses, highlighting the importance of social, cultural, and economic dimensions in understanding the sport.

Keywords: structural racism; Brazilian soccer; ethnic-racial determinism.

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2024 e aprovado para publicação em setembro de 2024.

Resumen: Desde la década de 1930, las visiones deterministas sobre la “raza” han influido tanto en el sentido común como en las teorías sociales para explicar el éxito del fútbol brasileño. Este artículo, basado en un enfoque genealógico y bibliográfico, además de aportar algunos ejemplos de los medios impresos, critica estas perspectivas como las expresiones de racismo estructural. Estas visiones: 1) reducen el comportamiento humano a la biología, ignorando la cultura; 2) atribuyen el éxito y el fracaso a factores biológicos, como se observa en esta expresión: “¡El equipo (no) tenía raza!”; 3) mantienen el mito de la democracia racial (“en el campo, todos somos iguales”); y 4) refuerzan la creencia en las “razas humanas” con características innatas, desestimando la evidencia científica contraria. El artículo examina cómo estas ideas oscurecen las fuerzas socioeconómicas y culturales que moldean el fútbol, perpetuando interpretaciones sesgadas. Finalmente, subraya la necesidad de abandonar los discursos esencialistas, destacando la importancia de las dimensiones sociales, culturales y económicas para comprender el deporte.

Palabras clave: racismo estructural; fútbol brasileño; determinismo étnico-racial.

Introdução

O futebol é considerado importante elemento da identidade brasileira, com contradições sociais decorrentes das suas origens predominantemente aristocráticas e europeias e a sua posterior apropriação por grupos sociais populares na América Latina. Tais contradições também foram o resultado da transição do futebol amador para o profissional, fomentando enorme crescimento na participação e êxito de jogadores das classes trabalhadoras em geral – entre esses, pretos e pardos em particular (Lopes, 2000). Dessa forma, as relações socioculturais e político-econômicas, ao longo de décadas, democratizaram o acesso ao esporte, além de gerarem interpretações significativas – principalmente, vinculadas ao pensamento social brasileiro – sobre as razões pelas quais o Brasil alcançou reconhecimento internacional em campeonatos como Copas do Mundo e Jogos Olímpicos. Nesse contexto, “raça”, enquanto marcador social da diferença, tornou-se uma explicação recorrente para a diferenciação do futebol brasileiro e o seu respectivo sucesso no cenário mundial.

Gilberto Freyre foi pioneiro em destacar a influência dos negros na construção da identidade futebolística do Brasil. Em um artigo publicado no jornal *Diário de Pernambuco* intitulado “Foot-ball Mulato”, argumentou que o “mulatismo” brasileiro, com as suas qualidades de surpresa, manha, astúcia, ligeireza e espontaneidade individual (Freyre, 1938), foi fundamental para diferenciar o futebol brasileiro do europeu, mais rígido, técnico e metódico. Freyre, assim, inaugurou uma concepção, a qual poderíamos designar como um

“jogo de raça”, em que o Brasil seria o epicentro de um estilo de jogo único e vibrante, que incorporava a criatividade, a catimba², a improvisação e a ginga dos negros e mestiços.

A partir de uma visão essencialmente ufanista³, a atuação do Brasil dentro dos campos seria a expressão autêntica da cultura brasileira, diferenciando a nossa prática daquela no Velho Continente. Trata-se, em outras palavras, de um jeito abasileirado de praticar o ludopédio, visão na qual o futebol se apresenta com um caráter peculiar, apropriando-se de traços de diversas culturas, especialmente da afro-brasileira (Alves, 2023). Posteriormente a Freyre, diversos intelectuais encamparam e encorporaram, teórica e cientificamente, essa tese, a partir de interpretações peculiares, mas que compartilhavam a mesma base: a miscigenação e a herança africana enquanto diferenciais da cultura, dos modos de ser (sobretudo informais) e de se divertir dos brasileiros.

Exemplo clássico desse enfoque foi o trabalho pioneiro de Mário Filho, em seu livro “O Negro no Futebol Brasileiro”, publicado em 1947 e prefaciado pelo próprio Gilberto Freyre. Nasceu aí o mito inaugural acadêmico, popular e, posteriormente, midiático, referente ao futebol no Brasil, sendo constantemente atualizado nos estudos sobre a identidade brasileira e a sua relação com este esporte. Embora tenha contribuído com uma breve história da inclusão dos negros no futebol e ao destacar as inúmeras dificuldades enfrentadas por jogadores devido ao racismo e à discriminação na sociedade brasileira, o livro sustentou uma interpretação otimista da mestiçagem e da democracia racial⁴, dado que, no futebol, as diferenças raciais seriam apagadas, permitindo que todos se unissem em torno de um objetivo comum: o time e a vitória.

Essa visão seria, posteriormente, corroborada e ampliada por Roberto Da Matta (2011), que se concentrou, especialmente, na relação entre o futebol e a sociedade brasileira. Ele acreditava que o futebol fazia parte do “[...] nosso estilo de ser, do modo como classificamos as coisas, da maneira pela qual gostamos de viver e deixar viver”, além de

² Palavra do idioma quimbundo, um dos povos bantos da atual Angola e que, originalmente, significava lebre. Na sociedade brasileira, ganhou o significado de astúcia, malícia e malandragem. No futebol, adquiriu o significado de sabotar o jogo de forma dissimulada e/ou confundir o adversário (Lopes, 2000).

³ Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o vocábulo ufanismo vem do espanhol *ufano*, que significa orgulhoso, vaidoso, presunçoso. No português, passou a designar patriotismo exagerado, nacionalismo exacerbado que, extremo, pode conduzir à xenofobia e ao etnocentrismo, ou seja, à crença de que as tradições, cultura, valores, práticas, características, feitos do seu país são superiores às dos outros.

⁴ A democracia racial é uma ideia que postula a existência de uma sociedade na qual as diferentes raças coexistem pacificamente e desfrutam dos mesmos direitos. No Brasil, essa noção foi popularizada por Gilberto Freyre, que a apresentava como resultado da intensa miscigenação entre brancos, negros e indígenas. Freyre (2003) defendia a ideia de que a miscigenação racial no Brasil teria criado um povo “tolerante” e “integrado”, sem as divisões rígidas de raças que marcariam outras sociedades. A democracia racial, nesse sentido, sugeriria que o Brasil havia superado as diferenças raciais por meio da convivência e da mistura das culturas e dos grupos raciais, criando uma identidade nacional única.

representar as “potencialidades da sociedade nacional” (Da Matta, 2011, p. 88-89). Assim, a mestiçagem, tão bem representada no teatro futebolístico, veio sendo reinterpretada a partir de um legado histórico positivo, ressignificando a sociedade tanto no plano democrático quanto no sucesso [potencial] de toda a nação.

Contrariamente a essa visão, com base principalmente nas teorizações marxistas de Louis Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, surge, no Brasil, a partir dos anos 1970, uma perspectiva crítica que interpreta o futebol como um fator de alienação, devido ao papel hegemônico que o esporte desempenha na vida cotidiana. Sob esse prisma, o futebol agiria sobre o trabalhador, obliterando, ainda que momentaneamente, a possibilidade de ele perceber a lógica exploratória da sociedade capitalista e sua realidade imediata. Ademais, com o passar do tempo, o governo teria apropriado-se do prestígio do esporte para transmitir à população uma percepção favorável do *status quo* (Melo, 2007; Alves, 2023). Esse fenômeno se refletiria na figura do torcedor, que passou a simbolizar a condição do homem-massa⁵, transposta ao contexto esportivo. A partir de uma consciência fragmentada, o torcedor expressava a sua hostilidade, insatisfação e frustração diárias no campo da competitividade esportiva, sem se dar conta dos mecanismos concretos que, efetivamente, subjuguavam-no (Melo, 2007; Lopes, 2016).

Nessa perspectiva, assim como teria contribuído para consolidar o mito da democracia racial, o futebol continuaria, até hoje, sustentando a ilusão de igualdade no país. Os aparelhos ideológicos utilizados pelo Estado e meios de comunicação seriam, em sua essência, mecanismos de difusão da ideologia dominante, garantindo a coesão e a reprodução da ordem social. O futebol teria desempenhado essa função devido à sua capacidade de criar identidades e coesão, independentemente das diferentes divisões que as relações de dominação exercem (Lopes, 2016). Tratar-se-ia, portanto, de uma falsa conciliação entre classes e raças, perpetuando a ideia de que todos têm as mesmas oportunidades, quando, na realidade, as barreiras estruturais permanecem sólidas.

Outras posturas críticas tendem a enfatizar o campo político em detrimento do cultural, como nas análises sobre os usos pragmáticos (como “entreter” a população) e ideológicos (como o ufanismo) que ditaduras militares, como as do Brasil e da Argentina, fizeram do futebol. Isso é, particularmente, evidente nas vitórias desses países nas Copas do

⁵ De acordo com Chauí (1986 *apud* Melo, 2007), a “massa” concretiza o sonho da democracia liberal, na qual as divisões sociais podem ser vistas como divergências de interesses entre grupos e indivíduos. Tais grupos seriam capazes de alcançar um consenso político semelhante ao mercado autorregulado, que equilibra os interesses particulares.

Mundo de 1970 e 1978, respectivamente (Parisi, 2020). Este artigo se alinha a essa corrente crítica, ainda que reconheça as contradições inerentes ao marxismo, sobretudo a frequente redução da cultura ao âmbito do poder e do econômico. Não obstante, adota uma perspectiva que compreende o futebol para além de suas características de mero lazer, interpretando-o, como sugerem alguns antropólogos, como uma expressão simbólica da sociedade brasileira em sua totalidade (Da Matta, 2011).

Acerca dos estudos sobre relações étnico-raciais e racismo no Brasil referendados nas características históricas e culturais peculiares do país, um dos precursores foi Oracy Nogueira (2007), que investigou o preconceito de marca *versus* o preconceito de origem. A primeira modalidade seria mais comum (mas não exclusiva) no Brasil e na América Latina, enquanto a segunda, pertinente ao contexto norte-americano e sul-africano. Desse modo, entendemos que o racismo no Brasil é histórico, sistemático e estrutural, não podendo “[...] ser entendido e pesquisado descolado do sistema político e econômico” (Gomes, 2021, p. 97). Ulteriormente, tais investigações foram aprofundadas e ampliadas por Kebengele Munanga (1998; 2006), que, diversamente de Oracy Nogueira, é negro, ativista do movimento negro e congolês, ou seja, ultrapassando as questões teóricas, enriqueceu as investigações com as suas vivências enquanto negro africano e militante, não apenas como pesquisador.

Com efeito, este texto objetiva criticar algumas associações entre futebol e “raça” no Brasil ao longo da história, entendendo-as como manifestações do racismo estrutural. Entre essas associações, destacam-se: 1) A vinculação de comportamentos humanos a fatores biológicos e genéticos, em detrimento do aprendizado e da cultura; 2) A atribuição de vitórias ou derrotas à “raça”, subestimando as diferenças socioeconômicas e financeiras entre os clubes de futebol ou entre as seleções nacionais; 3) reforço do mito da democracia racial, ao defender que o futebol seria capaz de unir pessoas de diferentes classes sociais e cores; 4) A perpetuação do determinismo racial, que sustenta a ideia de “raças humanas” com qualidades e falhas intrínsecas. Por fim, esse determinismo contraria avanços no campo da genética e da fisiologia humana, que demonstram que características perceptíveis, como tipo de cabelo ou quantidade de melanina na pele, são apenas adaptações às condições ambientais desenvolvidas ao longo de milênios, desde que a espécie humana migrou da África para outros continentes.

Para alcançar tais análises críticas, realizamos uma análise genealógica⁶ da evolução do debate acerca do determinismo étnico-racial no futebol, examinando algumas de suas manifestações na mídia impressa e no meio acadêmico. Essa abordagem foi fundamentada em ampla revisão bibliográfica, complementada pela utilização de exemplos ilustrativos extraídos de revistas e livros não acadêmicos que tratam do referido esporte, que serviram como referências empíricas⁷ secundárias para sustentar nossa tese. O trabalho é derivado de discussões mais recentes e aprofundadas sobre as inúmeras manifestações do racismo estrutural na sociedade brasileira desenvolvidas coletivamente no Núcleo de Estudos e Pesquisas Étnico-Raciais da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

A partir de uma perspectiva acadêmica pós-estruturalista⁸, que reconhece o engajamento da ciência e dos/as cientistas nos processos concretos da realidade estudada e vivenciada, com o objetivo de mitigar opressões e desigualdades observadas, concluímos defendendo que a mídia, tanto no futebol quanto nos esportes em geral, deve abandonar expressões e interpretações racialmente deterministas sobre o desempenho de times e atletas. Em vez disso, propomos um enfoque nas influências socioeconômicas, históricas, culturais, políticas e psíquicas que moldam as práticas e os resultados esportivos, sejam eles coletivos (clubes, seleções nacionais) ou individuais (atletas).

Conceitos de racismo(s), de raça(s) e de etnia(s)

⁶ A análise genealógica, conforme Michel Foucault (1979), é uma metodologia, que busca rastrear a emergência, a transformação e a disseminação de discursos e práticas ao longo do tempo, questionando as suas condições de possibilidade e os seus efeitos de poder. Não se trata de uma busca por origens ou um estudo linear do passado, mas uma investigação das contingências históricas e sociais que favoreceram a emergência de certos discursos e não de outros. Aqui, trata-se dos mecanismos de poder-saber, que moldaram as formas como a questão racial foi sendo debatida na mídia, no senso comum e na academia ao longo do século XX e XXI a respeito do futebol brasileiro.

⁷ Para embasar a análise, recorremos a materiais diversos, que oferecem perspectivas variadas sobre o tema. Entre as fontes selecionadas, destacam-se revistas de grande circulação, como *Veja*, que frequentemente reflete e influencia o senso comum e os discursos midiáticos. Além disso, consultamos a *Revista Futebol e Raça*, popular na década de 1980, por abordar a questão étnico-racial como um modelo explicativo significativo para o sucesso brasileiro no esporte. No campo literário, destacamos o livro *Campeões da Raça: Os Heróis Negros da Copa de 1958*, que explora narrativas históricas e culturais sobre a participação de jogadores negros no futebol, oferecendo um rico contexto para analisar os discursos sobre identidade racial e mérito em um dos principais símbolos da cultura nacional.

⁸ Tal postura não só permite como encoraja cientistas e as ciências humanas a serem provocativas, questionadoras e catalisadoras de mudanças em dinâmicas e estruturas sociais, políticas, culturais ou econômicas excludentes e opressoras. Além disso, reconhece que os sujeitos que as constituem não são neutros, especialmente porque muitos vivenciam as opressões que investigam –como machismo, racismo e homofobia. Assim, legítima que esses/as cientistas estejam engajados/as e comprometidos/as com a transformação das iniquidades, exploração e dominação que estudam (Pereira; Schons, 2024).

Tendo surgido por volta de 1920 na Europa, o atual racismo enquanto ideologia é alvo de muitos estudos e de poucos consensos em sua definição. De acordo com Munanga (1998), é uma ideologia que prega a clivagem das populações humanas em grandes grupos, as raças, contrastando características físicas transmitidas geneticamente, sendo que tais diferenças seriam a única e/ou principal explicação para as desigualdades e superioridade/inferioridades de cunho intelectual, cultural e moral entre os povos. O racismo é a crença em uma escala natural de valores entre as raças, além de sustentar a existência de vínculo direto de práticas culturais, comportamentos e habilidades psicológicas com aspectos físicos hereditários. Ademais, raça permanece no imaginário popular e tem efeitos concretos na sociedade – como o preconceito e a discriminação.

A palavra “raça” tem origem no italiano *razza*, derivada do latim *ratio*, que significa “categoria” ou “ordem” (Munanga, 1998). Embora careça de fundamento no plano biológico, a noção de raça permanece, no âmbito sociológico e político, uma realidade que regula relações de poder, especialmente para grupos e indivíduos que perpetuam práticas racistas (Foucault, 1979). Sob uma perspectiva inspirada em Michel Foucault, “raça” pode ser entendida como uma construção discursiva e uma tecnologia de poder, que organiza corpos e relações sociais. Afinal, discursos de poder-saber produzem categorias, que legitimam práticas de exclusão, segregação e hierarquização, frequentemente apresentadas como verdades científicas. Eles operam como mecanismos de governança que regulam populações, normalizam desigualdades e consolidam relações de dominação (Foucault, 1979). Nesse sentido, Munanga (1998) introduz o conceito de “raças sociais” para destacar que, embora a biologia não sustente a existência de raças, as estruturas sociais continuam a operar com base nessa ideia, naturalizando diferenças e perpetuando opressões.

Um dos efeitos perniciosos do racismo é advogar que fatores psicológicos e/ou morais são resultado direto de características físicas, uma relação frequentemente apresentada como irreversível (Munanga, 1998). No século XVIII, o naturalista von Linné foi o primeiro a elaborar um modelo de classificação, que associava características físicas a uma escala de valores morais e intelectuais. Seria insólito, não fosse pelas trágicas consequências, o fato de ele ter relacionado a cor da pele a aspectos morais e à inteligência – uma ideia que se perpetuou no imaginário coletivo e na mídia. Exemplos disso incluem a associação do destaque do Brasil na música ou no futebol à ancestralidade africana, ou a crença de que a Região Sul do país seria “mais desenvolvida” devido à colonização por alemães, eslavos e italianos

Atualmente, qualifica-se de racismo quaisquer atitudes, representações coletivas ou ações que rejeitem, excluam e/ou segreguem pessoas com base em diferenças somáticas hereditárias como a cor da pele, o tipo de cabelo, traços faciais etc. Logo, as pesquisas e o combate ao racismo devem considerar os vários modelos de reducionismo histórico-cultural. Não obstante “raça” não exista cientificamente (Penna, 2002), tal constatação não é suficiente para fazer com que o termo desapareça enquanto categoria mental, cultural, social, política e linguística. Isso significa considerar que

A invenção histórica ‘raça’ está calcada na aplicação de um termo advindo das ciências naturais para as relações humanas e sociais, que irá considerar as características intelectuais e morais de um dado grupo como consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. A professora Gesiela Iensue (2010) advoga que o conceito de raças permanece no seio de diversos debates e no imaginário popular, pois do ponto de vista científico-biológico já está superado (Gomes, 2021, p. 86).

Portanto, ainda urge debelar as “raças imaginárias”, que povoam o senso comum, o imaginário coletivo e a comunicação de massa. Em outra frente, a conscientização sobre o racismo vem consolidando-se em diversas sociedades, o que aponta que ele não arrefeceu como se esperava, em muitos casos somente mudou de roupagem – esse é o caso, por exemplo, das “brincadeiras” com esse cunho no mundo do futebol, que, desde 2023 no Brasil, são punidas com multas e perdas de pontos para o clube⁹.

Munanga (1998) salienta que o racismo, em muitos contextos, é atualmente de difícil identificação. Após a extinção da *Lei do Apartheid* na África do Sul, em 1994, não há mais países onde o racismo seja institucionalizado por lei. Isso significa que, em nações como os Estados Unidos ou o Brasil, por exemplo, o racismo hoje se manifesta de fato, mas não de direito. No caso específico do Brasil, a arraigada crença na democracia racial invisibilizou, por décadas, as discussões sobre a existência e as manifestações do racismo, ao mesmo tempo em que alimentou o mito do sincretismo cultural como um encontro pacífico entre diferentes povos.

O racismo típico brasileiro é assimilacionista, visa o branqueamento da população, diferentemente do racismo norte-americano, segregacionista, o mesmo modelo do

⁹ A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) definiu, em 2023, punições por racismo em todas as competições brasileiras de futebol. Com a decisão, clubes poderão perder pontos por atos cometidos por torcedores. Fonte: https://www.geledes.org.br/cbf-define-punicao-por-racismo-em-competicoes-nacionais-clubes-poderao-perder-pontos/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwjeuyBhBuEiwAJ3vuoZ9nf66xAYWU599jZa58of4coV6NYOaHxwDOaXKz2OgcoPN51HV5xoCTeYQAvD_BwE

apartheid. Assim, a miscigenação, no primeiro caso, é louvada, enquanto, no segundo, condenada. É nesse bojo que o conceito de mestiçagem deve ser pensado, pois se a miscigenação é uma realidade no país, ela não apaga a hierarquização entre as raças. De fato, “[...] um racismo assimilacionista extremamente hábil vem sendo constantemente aperfeiçoado como tecnologia de destruição da raça negra no país” (Gomes, 2021, p. 94).

No contexto da realidade brasileira, assim como da América Latina e do Caribe, trata-se, inequivocamente, de um cenário de “amalgama” (Ribeiro, 1997), em que diversos povos, ao longo da história, vêm mesclando-se tanto em termos étnicos e culturais quanto biogenéticos. No entanto, isso não significa que o processo de mestiçagem tenha eliminado preconceitos e discriminações raciais; ao contrário, complexificou essa dinâmica, criando lógicas próprias –nem mais “leves” nem mais “agressivas” do que outras formas de racismo ao redor do mundo (Munanga, 2006). Independentemente de suas especificidades, todas essas formas de racismo são condenáveis e prejudiciais.

Ademais, em razão do intenso fluxo migratório e da maciça escravidão ocorridos no Brasil, tanto as populações brancas quanto as negras, além dos povos originários que já habitavam o território, apresentavam grande diversidade em sua composição. Por isso, não há qualquer fundamento para se atribuir uma suposta essência, dom ou vocação “do povo brasileiro” (expressão problemática por si só, dado o caráter continental do país) a qualquer tipo de atividade, seja culinária, esportiva, musical ou mesmo sexual. O mais relevante, segundo Munanga (1998), é compreender o caráter social, histórico e político dessas denominações, evitando tomá-las como essências naturais, que determinariam características grupais ou comportamentos individuais.

No caso do racismo no Brasil, substancialmente embasado na classificação e decorrente hierarquização dos grupos humanos a partir dela, um dos pioneiros em distinguir suas diversas manifestações e, conseqüentemente, as diferentes visões e classificações étnico-raciais foi Oracy Nogueira (2007). Ele objetivou compreender a situação das relações entre os brancos e os não brancos (chamados à época de pessoas “de cor”) e as formas peculiares de racismo na sociedade brasileira em comparação com a sociedade norte-americana, onde residiu de 1945 a 1947 realizando observações de campo para sua tese de doutorado sobre o tema.

Além de comparar a classificação racial norte-americana com a brasileira, o autor analisou como cada sistema foi historicamente, politicamente e culturalmente construído, bem como os efeitos concretos dessas classificações, como privilégios e opressões sobre

indivíduos e grupos. Nos Estados Unidos, a definição de quem é considerado negro baseia-se predominantemente na ascendência africana. No Brasil, por outro lado, o critério principal é o fenótipo: a cor da pele é o fator mais determinante, seguido pelo tipo de cabelo e traços faciais. O autor também foi pioneiro ao abordar o que hoje entendemos como racismo estrutural e seus efeitos perniciosos, como o impacto negativo na autoestima dos indivíduos e a naturalização de práticas racistas no cotidiano, especialmente no Brasil. Ele explora esse tema ao destacar o quanto eram comuns, em contextos sociais brasileiros, piadas e apelidos depreciativos associados à cor da pele. Desta forma, o autor advoga que,

[...] sob o poder de sugestão da hilaridade, incute-se, sub-repticiamente, no espírito tanto das crianças brancas como das de cor, a noção de “inferioridade” do negro ou da indesejabilidade dos traços negroides, embora a própria pessoa que faça a brincadeira não tenha consciência do efeito para o qual esteja contribuindo (Nogueira 2007, p. 296).

A expressão “preconceito de marca” é uma revisitação do conhecido termo “preconceito de cor”, usado tanto por intelectuais anteriores à década de 1950 quanto no linguajar do povo brasileiro. Com efeito,

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca: quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (Nogueira, 2007, p. 292).

A sua análise sobre os diferentes modos de racismo no Brasil e nos Estados Unidos fundamenta-se no conceito de Tipo Ideal de Max Weber (Weber, 1974). Por sua vez, opera como uma construção teórica que amplifica determinados aspectos da realidade para fins analíticos, permitindo compreender os fenômenos sociais em suas particularidades. Assim, os Tipos Ideais não correspondem exatamente à realidade empírica, mas oferecem uma estrutura lógico-abstrata para interpretar os padrões e as singularidades de contextos específicos. No caso do racismo, essas categorias destacam diferenças nas formas de segregação e exclusão racial em distintos sistemas históricos e culturais. A escolha desses

países deu-se porque, na visão do autor, Estados Unidos e Brasil seriam tipos ideais dessas duas maneiras de leitura étnico-racial, o genotípico e o fenotípico, respectivamente.

Sob o ponto de vista psíquico e subjetivo, o racismo estrutural apresenta efeitos perversos, uma vez que arruína a autopercepção dos sujeitos negros, o que, coletivamente, contribui para que as desigualdades e a subalternidade sejam mantidas. Entre os vários mecanismos pelos quais o racismo se reproduz, estão os meios de comunicação que, mesmo bem-intencionados, como é o caso do ufanismo acerca do(s) negro(s) no futebol, torna-se uma forma de exercício de poder (Foucault, 1979), ao sustentar a crença em diferenças raciais e que estas disporiam os corpos a certos esportes, danças etc.

Como será analisado no próximo item, não apenas o determinismo negativo¹⁰, mas também o determinismo que exalta determinados grupos no desempenho de práticas sociais específicas, pode ser igualmente restritivo. Mais do que uma imposição de limitações, funciona como uma ferramenta de dominação social, frequentemente mascarada como uma característica “natural” ou “positiva”, que busca consolidar as hierarquias preexistentes na sociedade. Na questão racial no Brasil, isso se concretiza de inúmeras formas, sendo uma delas via práticas culturais:

[...] as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massa – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (Nascimento, 2002 *apud* Gomes, 2021, p. 97).

Determinismo étnico-racial na mídia, no senso comum e na academia

Ao longo do século XX, o futebol brasileiro consolidou, tornando-se um “mito” própria dentro do mundo esportivo. Um conjunto de narrativas ufanistas que Souza (2010) denomina de “Ficções de Nacionalidade”, transformando-se em paradigma que sintetiza diversos elementos da cultura brasileira. Com isso, as explicações do sucesso do esporte no país, de caráter Essencialistas, tornaram-se hegemônicas, sendo apropriadas pelo senso

¹⁰ Exemplo significativo de determinismo negativo pode ser observado na teoria do antropólogo criminal italiano Cesare Lombroso, que associava características físicas a certos comportamentos delituosos. Lombroso acreditava que indivíduos com traços físicos específicos, como a forma do crânio ou o formato das orelhas, estavam mais propensos a cometer crimes, o que reflete uma visão determinista e reducionista do comportamento humano.

comum e, principalmente, na percepção/interpretação do futebol por parte da comunicação de massa. Essas explicações não foram bem-sucedidas por acaso, foram enaltecidas porque, de modo muito generalista, estavam embasadas em mitos caros ao pensamento social brasileiro desde priscas eras, como o da democracia racial, por exemplo.

Ao mesmo tempo, tais visões sobre a “paixão nacional” ofereciam, mesmo que de maneira utópica, possibilidades de autoestima para as massas por meio do apaziguamento das contradições vividas na vida cotidiana. Criava o desejo de ser futebolista nos meninos pobres – geralmente pretos e pardos, o que significava a ascensão social (Souza, 2010). Não obstante, essas ascensões individuais não eram “perigosas”, já que não transformavam a desigualdade sistêmica e histórica da sociedade. Assim, o campo de futebol seria um espaço sacralizado no qual haveria sentimentos de realização pessoal e de identidade brasileira, onde, se acreditava, a mesma paixão uniria diversas camadas sociais em torno de um projeto único.

Conectada a essas cosmovisões, estava a crença de que o brasileiro apresentaria uma habilidade inata para esse esporte, que não poderia ser imitada, diferenciando-o de outras nacionalidades, visto que seria resultado da peculiar mistura de raças e do “encontro” de culturas que no Brasil teve lugar. Em relação a Copa de 1938, Gilberto Freyre disse:

Acabou de se definir de maneira inconfundível um estilo brasileiro de futebol, e esse estilo é uma expressão a mais do nosso mulatismo ágil em assimilar, dominar, amolecer em dança, curvas ou em músicas, as técnicas européias ou norte-americanas mais angulosas para o nosso gosto: sejam elas de jogo ou de arquitetura. [...] psicologicamente, ser brasileiro é ser mulato, inimigo do formalismo apolíneo sendo dionísíaco a seu jeito, o grande mulato (Freyre, 1938, p. 4).

Tais construções essencialistas, que associam psiquismo, corpo e raça, descrevem a identidade brasileira a partir do “mulato” como um híbrido cultural, que rejeita a rigidez, seja nas regras do futebol ou na vida cotidiana, em favor de uma flexibilidade emocional e comportamental, valendo-se da criatividade na práxis do dia a dia. Em outras palavras, nesse imaginário, o povo brasileiro seria reconhecido por sua criatividade, gingado, improvisação e capacidade de transformar influências culturais externas em algo novo e autêntico. Esse processo poderia produzir sucesso, tanto no esporte quanto na sociedade, destacando, positivamente, o legado cultural brasileiro.

No entanto, se tal perspectiva antropológica foi revolucionária para o pensamento da época¹¹, ainda conservador e abertamente racista, influenciado pelo eugenismo e pela ideia de que a “mistura de raças” conduziria à degeneração de todas as “raças puras” (Helal *et al.*, 2001), as apropriações posteriores a esta construção reduziram a complexidade das experiências e das identidades brasileiras a uma visão simplista, negligenciando as diversidades, desigualdades e contradições internas. Além disso, ao idealizar o “mulato” como símbolo de identidade brasileira, essa narrativa obliterou a realidade do racismo estrutural. Enquanto celebrava a identidade sincrética e mestiça, essa visão mascarava as divisões e as injustiças que continuavam a marcar o país. Este mito é, exemplarmente, visível na passagem abaixo:

O mesmo estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de brilho e de espontaneidade individual em que se exprime o mesmo mulatismo de que Nilo Peçanha foi até hoje a melhor afirmação na arte política. Os nossos passes, os nossos pítus, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, alguma coisa de dança e capoeiragem que marcam o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e às vezes adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e sociólogos o mulatismo flamboyant e, ao mesmo tempo, malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil (Freyre, 1938, p. 4).

Reificando o estereótipo do malandro, o futebol refletiria a saga crônica de milhares de brasileiros, que, a partir de suas condições históricas e materiais, criavam estratégias próprias de sobrevivência e ascensão social em contextos desfavoráveis. Contudo, essa narrativa foi reproduzida no futebol brasileiro de tal forma que os atalhos sociais e as soluções criativas – os jeitinhos – passaram a ser associados à maneira como os jogadores “driblam” em campo ou fazem “gol de placa”¹². O estilo brasileiro no esporte, marcado por craques extraordinários (semideuses), diferenciando-se dos jogadores de outros países,

¹¹ A abordagem de Freyre (1938) pode ser entendida dentro da escola antropológica nomeada Culturalismo que foi, fundamentalmente, uma reação norte-americana às abordagens evolucionistas britânicas e funcionalistas francesas. Enfatiza que os povos não podem ser reduzidos a uma escala como faziam os evolucionistas ou seus artefatos e práticas culturais analisados friamente sob o ponto de vista da utilidade como faziam os funcionalistas, mas que cada grupo deveria ser analisado dentro do quadro do seu desenvolvimento histórico e cultural ímpar, em sua especificidade (Barreiros, 2016).

¹² O “jeitinho”, ou os atalhos sociais, tornou-se uma metáfora para a maneira como os jogadores criam soluções engenhosas para enfrentar adversários, muitas vezes improvisando jogadas e dribles inesperados. Essas soluções criativas de dentro de campo são associadas ao espírito do brasileiro de driblar as dificuldades da vida cotidiana. Com isso, a ideia de que os jogadores, ao fazerem jogadas excepcionais ou “gols de placa”, estariam reproduzindo essa mesma capacidade de adaptação e invenção é reforçada.

reproduziria o modo de ser brasileiro em diferentes esferas – na política (conciliação em lugar de confrontação) na religião (o sincretismo), na música, na dança, nas artes e nas relações interpessoais (Helal *et al.*, 2001).

Tal imaginário surgiu em uma época na qual as elites nacionais buscavam unificar o Brasil sob o ponto de vista moral e identitário, em uma tentativa de apaziguar as contradições e as desigualdades abissais da vida cotidiana (Alves, 2023). O estilo de jogo dos brasileiros começou a ganhar destaque no final dos anos 1920, quando os narradores e entusiastas desse estilo de jogo passaram a destacá-lo com intensidade. Eventualmente, transformou-se em principal elemento da invenção da singularidade da identidade brasileira, justamente quando a necessidade de formar sentimentos nacionais estava crescendo (Lovisolio; Soares, 2003). O futebol seria, assim, um símbolo de união e de orgulho do Brasil, permitindo que diferentes camadas sociais se vissem refletidas em seus heróis e se conectassem entre si por meio da paixão pelo esporte, que, idealmente, representaria a identidade coletiva, identidade essa que transcenderia as divisões sociais.

A partir dos anos 1950, aconteceu uma sistemática posituação da miscigenação, e a influência negra ganha fôlego quando a mídia e não poucos acadêmicos passam a valorizar o chamado “futebol-arte” em contraposição ao “futebol-técnica” dos europeus. Tal fato seria reforçado com a vitória do Brasil na Copa de 1970. Isso posto, a narrativa hegemônica era a seguinte: um esporte originalmente europeu foi apropriado pelas classes populares do Brasil e passa a ser praticado de um modo que resultaria da mistura de raças no país. Na visão de mundo de muitos cientistas sociais e da grande mídia, o futebol-arte se tornaria um paradigma (Souza, 2010), uma régua, a partir da qual esta prática esportiva, no Brasil e no exterior, seria vista como mais ou menos bela de se fruir.

Outra crítica pertinente a esse determinismo, mesmo que não seja dito explicitamente nos trabalhos acadêmicos e, especialmente, na imprensa é o entendimento de que o “futebol-técnica” é resultado de esforço, treino e de capacitação. Em contrapartida, o futebol-arte seria dom, intuitivo, espontâneo, quase instintivo, não se vislumbrando nele aquilo que diferencia os seres humanos das outras espécies animais: a socialização, a aprendizagem, o planejamento estratégico e, especialmente, a transmissão dos modos de fazer ao longo de gerações, visto ser compreendido como inato ao povo brasileiro e transmitido quase que geneticamente.

Abaixo a capa de uma das maiores revistas brasileiras em que a lógica midiática, aqui criticada, foi exposta. Durante a Copa de 2010, a edição, implicitamente, associava a

prática do futebol à hereditariedade (ao exemplificar estudos sobre genética humana com o mapeamento da ancestralidade de um jogador brasileiro pardo e de um britânico branco, filho de Charles Miller, brasileiro de origem britânica que introduziu oficialmente o esporte no país), como se gostos, predisposições e habilidades fossem traçados pelo DNA. Não é coincidência que o jogador escolhido para estar na capa da publicação seja mestiço, assim como, em certo sentido, também era Charles Miller, uma vez que a sua mãe brasileira se chamava Carlota Antunes Fox e o seu pai, britânico, era de origem portuguesa e escocesa (John d’Silva Miller). Portanto, vemos, inequivocamente, a exaltação da miscigenação e, ainda que não intencionalmente, a associação da prática do futebol à genética. A alusão à “raça” negra aparece no manto com motivos étnicos africanos sobre a camisa verde amarela do futebolista:

Figura 1 – Capa da Revista *Veja*



Fonte: Revista *Veja* (2010)¹³.

¹³Disponível em: <https://www.skoob.com.br/revista-veja-edicao-2168-9-de-junho-de-2010-247324ed276913.html> Acesso em: 15 jun. 2024.

Esse olhar sobre o futebol vem reproduzindo-se, acriticamente, ao longo de décadas devido a diversos pensadores e jornalistas brasileiros enxergarem uma característica inerente aos brasileiros na maneira de “jogar bola” de uma determinada maneira, constituindo uma marca trazida desde o nascimento. Trata-se de uma leitura que imputa ao futebol um significado que ultrapassa as fronteiras do campo de jogo, vendo a singularidade de sua prática como algo que pertence à essência do povo brasileiro. Essa narrativa celebra o talento nato dos jogadores brasileiros, perpetuando uma visão romantizada de suas habilidades vistas como excepcionais. Interessante notar, na citação abaixo, que, ao falar da cultura, esta é descrita como natureza: jogar de determinada maneira (uso de singular), marca que é carregada desde o nascimento, autorrepresentação imposta, ou seja, sem escolha, desvio, recusa:

[...] uma característica inerente aos brasileiros ‘jogar bola’ de uma determinada maneira, a qual constituiria uma marca cultural carregada por nós desde o nascimento. Essa autorrepresentação que nos impusemos criou uma forma particular de praticar tal esporte, pensá-lo e vivenciá-lo em nosso cotidiano. É a esse futebol, construído basicamente nos anos que vão de 1930 a 1974, que designamos ‘Futebol-Arte’ (Gil, 1994, p. 100).

Dessa forma, trata-se de uma visão cultural determinista acerca do “País do Futebol”, onde esse esporte é percebido como, intrinsecamente, presente na vida cotidiana dos brasileiros, moldado por e moldando a maneira de ser dos indivíduos, além de influenciar as relações entre as pessoas. Sugere-se que uma herança genética favorável ao futebol seria transmitida às crianças, quase como se fosse uma característica biológica inata. A presença do futebol seria tão intensa na cultura brasileira que a prática e a paixão pelo esporte parecem ser inerentes ao ser brasileiro, natural e inevitável.

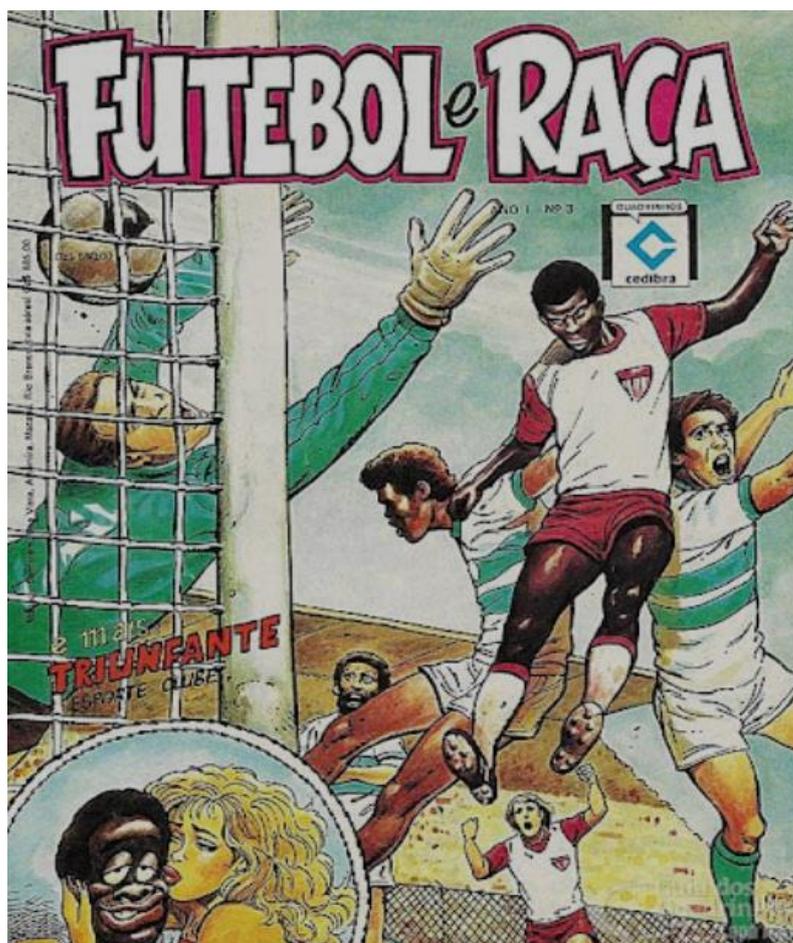
A análise de Gil (1994) apontou que a conexão entre a identidade brasileira e o futebol consolidou-se de forma significativa em um contexto histórico específico, especialmente nos anos 1950. Esse processo não ocorreu de maneira espontânea, mas foi, cuidadosamente, moldado ao longo do tempo. Enfatizou que a ideia de uma singularidade cultural do futebol brasileiro foi, deliberadamente, construída, refletindo processos históricos e sociais mais amplos, como a ênfase das elites na conciliação social e no mito da democracia racial. Nesse período, o futebol começou a receber atenção privilegiada nos meios de comunicação de massa, o que contribuiu para a sua integração nas explicações hegemônicas da sociedade brasileira, reforçando a ideia de unidade e identidade do país. Há que se ressaltar

que esse contexto coincide com a consolidação e a expansão das transmissões via televisão no Brasil¹⁴, especialmente nas grandes cidades (Sodré, 1999).

Embora tenha se originado como um movimento acadêmico-intelectual, buscando entender o sucesso das seleções nos mundiais de futebol, essa visão de mundo expandiu-se ao longo do tempo, tornando-se um discurso midiático reificado e raramente questionado. Essa perspectiva, que carrega um determinismo inerente, pode ser observada desde um gibi intitulado *Futebol e raça*, lançado em 1988, até a teoria do drible como invenção negra¹⁵. Ao enaltecer a “raça” negra como principal responsável, na miscigenação ufanista, por um estilo de futebol *sui generis*, essa visão deixa um legado que não se baseia em uma marca cultural particular aos negros em certo contexto, mas, sim, em uma hipérbole da negritude, em que ser negro se torna o vetor determinante para o sucesso no futebol. A seguir, a ilustração de uma das capas desta revista, na qual podemos ressaltar dois aspectos: a proeminência do jogador negro fazendo gol por cima de um goleiro branco e uma mulher loura aos beijos com ele depois.

¹⁴ A primeira transmissão comercial de televisão no país se deu em 18/09/1950.

¹⁵ Tese defendida pelo filósofo Renato Nogueira (2011). A questão que se coloca é: que negros reais criaram essa performance chamada drible? De quais contextos geográficos, africanos ou sul americanos, caribenhos ou norte-americanos, de qual período histórico, do sexo masculino ou feminino, pertencentes a qual classe social, uma vez que isso tinha muito a ver, no Brasil do século XIX, com o tipo de esporte que as distintas classes tinham acesso e/ou podiam praticar, de qual orientação sexual, entre outras problematizações. Disponível em: <https://www.semassunto.com.br/post/o-drible-e-negro-entenda-neste-post>

Figura 2 – Capa da revista *Futebol e raça*

Fonte: Revista Futebol e Raça (1988)¹⁶

O determinismo presente na narrativa de *Futebol e raça* já se evidencia no próprio título do gibi. No entanto, uma análise detalhada da ilustração revela camadas de maior complexidade. A imagem de um jogador negro marcando um “gol de placa” – termo que designa um feito espetacular no meio futebolístico – sugere a ideia de que jogadores negros desempenhariam um estilo de jogo superior. Contudo, a capa também carrega um forte componente de racismo estrutural. O interesse da mulher branca pelo jogador negro – não necessariamente motivado apenas por questões financeiras, mas também pelo simbolismo que esses indivíduos representam na sociedade – exemplifica tais dinâmicas. Simultaneamente, a representação reforça estereótipos machistas, já que mulheres brancas, especialmente louras, são, frequentemente, vistas como “troféus”. Essa construção reflete uma interseção com as relações de gênero, amplamente criticada pelo feminismo negro, que denuncia a rejeição

¹⁶ Disponível em: https://maniadegibi.com/loja/product_info.php?products_id=35756&osCsid=854c57 Acesso em: 15 jun. 2024.

sistemática de mulheres negras por homens negros no mercado afetivo-sexual (Gomes, 2021). Nesse contexto, o sucesso no futebol simboliza não apenas a elevação do país ao cenário internacional, mas, também, a ascensão social de jogadores negros a patamares que dificilmente alcançariam por outros caminhos, como a educação.

Há, ainda, outro viés implícito articulado por tais visões deterministas: a atribuição de vitórias ou de derrotas à raça (ou ausência dela), subestimando uma série de fatores importantes, como desigualdades socioeconômicas entre as seleções e entre os clubes. Isso significa que o vetor analítico essencialista ofusca elementos centrais para o sucesso de um time, como a qualidade do treinamento, a infraestrutura disponível, o suporte técnico e tático, além dos contextos históricos e culturais particulares de cada país¹⁷. Em suma, o determinismo ignora as complexidades e nuances que realmente determinam o desempenho esportivo, perpetuando estereótipos e desigualdades inerentes ao ambiente competitivo, bem como colabora para a permanência do racismo estrutural.

No campo jornalístico, o determinismo racial acerca da performance no futebol como ligada à “raça” negra em geral no Brasil, e não às condições culturais e socioeconômicas dos negros no contexto urbano do Rio de Janeiro, começou com a obra clássica ufanista-nacionalista de Mário Filho: *O Negro no futebol brasileiro*, de 1947. Nessa visão, desdobrada acriticamente até hoje, o futebol brasileiro particulariza-se por três momentos específicos: 1- a volta de Charles Miller ao Brasil com o futebol e sua introdução como prática lúdica das elites; 2- a popularização do esporte e sua expansão para as classes trabalhadoras; 3- a ascensão e predomínio do negro neste esporte.

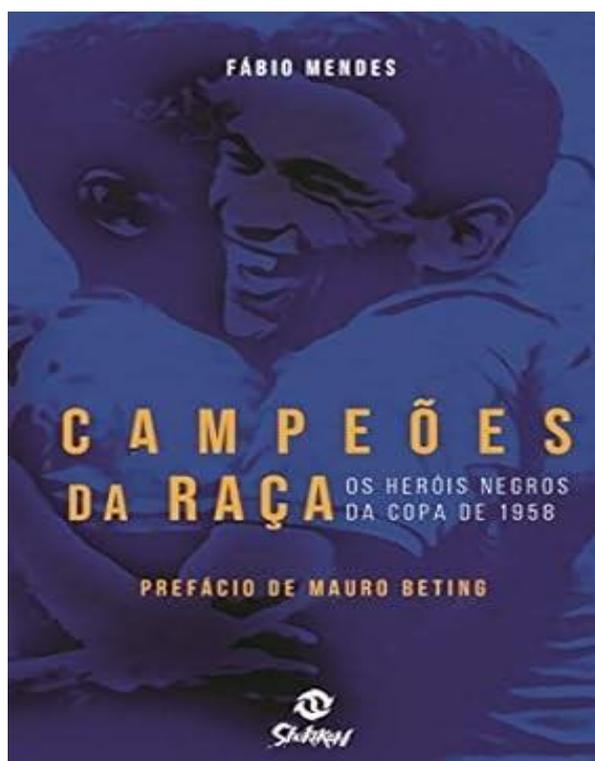
Dessa forma, consolida-se e se amplia o mito do futebol no Brasil como resultado da “raça” negra, perpetuado e continuamente atualizado tanto nos estudos sobre identidade quanto em alguns discursos antirracistas. No entanto, raramente esse mito é contrastado com a realidade contemporânea ou problematizado quanto à sua validade no contexto original em que foi formulado. Pergunta-se, por exemplo, se ele realmente refletia a realidade dos negros no futebol em todo o país ou apenas no contexto específico do Rio de Janeiro. Ainda assim,

¹⁷ Se a “raça negra” é o motivo do sucesso brasileiro nos gramados, por que nenhuma seleção africana, em 92 anos de Copa do Mundo, ganhou algum título? Uma das explicações é que a própria estrutura de vagas para a Copa é desigual. Conforme observa a jornalista Renata Mendonça (2022), em função da “audiência”, dos interesses publicitários, do capitalismo ao fim e ao cabo, há apenas cinco vagas destinadas a países africanos no Mundial, enquanto 13 são reservadas à Europa. A Copa do Mundo estimula o desenvolvimento do futebol, e se mais equipes africanas tivessem chances de disputar o torneio, talvez isso estimulasse maiores investimentos nas seleções nacionais para competir em alto nível. Na prática, o que acontece é a exportação de talentos para clubes europeus. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/renata%20mendonca/2022/12/por-que-a-africa-nunca-conquistou-a-copa-do-mundo.shtml?origin=folha>

essa narrativa foi, acriticamente, estendida pelos meios de comunicação de massa ao projeto explicativo de nação, em um típico processo midiático de tomar a parte pelo todo. Isso contribuiu para a cristalização de um sentido essencialista e estereotipado para os negros no Brasil.

Outro ponto de destaque é que, nas obras inaugurais sobre o futebol – sejam elas acadêmicas ou jornalísticas –m o termo *negro* aparece, invariavelmente, no singular. Essa abordagem nos remete à crítica de Munanga (2006) sobre a pluralidade de povos e etnias, ressaltando que toda tentativa de uniformização é irreal e autoritária. A imagem a seguir mostra a capa de um livro de 2018, também do campo jornalístico, que mostra, exemplarmente, a atualidade deste pensamento essencialista no imaginário coletivo.

Figura 3 – Capa do livro *Campeões da Raça: os heróis negros da copa de 1958*



Fonte: Mendes (2018)¹⁸

Um exemplo contemporâneo desse ufanismo pode ser observado no discurso jornalístico quando a seleção brasileira perde para qualquer outro time ou é eliminada precocemente em competições como as Olimpíadas ou Copas do Mundo. Nesse raciocínio, o

¹⁸ Fonte: Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/campeoes-da-raca/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Brasil só perderia para si mesmo, como no caso em que se diz que os jogadores “entram de salto” (referência que associa o feminino a algo negativo), o que também revela um certo grau de xenofobia inconsciente, ao não reconhecer a superioridade das seleções estrangeiras. No entanto, alguns estudos acadêmicos atuais ousam questionar esse modelo explicativo hegemônico. Um exemplo disso é a pesquisa de Helal *et al.* (2001) sobre o “futebol-arte”, um discurso de ideólogos do Estado, jornalistas e intelectuais do início do século XX que tentaram conciliar o mito da democracia racial com a crença de que o futebol brasileiro seria único no mundo.

O conceito de futebol-arte, portanto, surge como um instrumento simbólico que, ao exaltar a habilidade e a criatividade dos jogadores brasileiros, procurava reforçar a ideia de que o país era um exemplo de integração racial (Helal, 2001). Essa visão não só disfarçava as desigualdades persistentes entre as chamadas raças e classes sociais, mas também promovia a imagem do Brasil como uma nação capaz de harmonizar as suas contradições sociais por meio da prática esportiva. Assim, o futebol deixava de ser apenas um jogo e se tornava um reflexo e uma ferramenta da construção ideológica brasileira, consolidando a ideia de uma singularidade nacional no cenário mundial.

Por fim, alguns poucos trabalhos na área de comunicação de massa desafiam essa lógica essencialista, como o *Guia politicamente incorreto do futebol*, que, com linguagem irreverente, questiona discursos hegemônicos sobre o futebol, tanto no Brasil quanto globalmente (Rossi; Mendes Júnior, 2014). Entre os questionamentos, um ponto quase “sagrado” é tocado, no sentido antropológico do termo: não teria sido Charles Miller o introdutor do futebol no país, mas marinheiros holandeses, britânicos e franceses de navios ancorados no Rio de Janeiro e em Santos, que, fora do horário de serviço, jogavam com trabalhadores braçais brasileiros – brancos, negros e mestiços – nos arredores da região portuária. Para os autores, Charles Miller apenas institucionalizou o esporte nos clubes e o apresentou às elites, assim como fez com o *rugby*. No entanto, o futebol já não era desconhecido dos brasileiros das camadas populares que viviam em cidades litorâneas.

Foi possível observar que, embora o processo de midiática do futebol tenha instrumentalizado a “raça”, expondo preconceitos e reforçando estereótipos, as camadas populares, especialmente os jogadores negros, foram excluídas do protagonismo à medida que o esporte se tornava cada vez mais capitalizado. A simplificação do conceito de “negro”, tratado no singular, em vez de reconhecer a multiplicidade de grupos e sujeitos, reflete a redução midiática da complexidade étnico-racial, promovendo uma visão estereotipada e

simplista sobre a formação do povo brasileiro. Esse fenômeno não apenas esvaziou as identidades individuais, mas também consolidou narrativas que favoreciam as elites e interesses comerciais, obscurecendo as contribuições culturais dos negros no futebol e perpetuando desigualdades à medida que o futebol se transformava em produto comercial.

Considerações finais

Atualmente, é amplamente reconhecido pela ciência que os seres humanos formam um continuum de variações dentro da mesma espécie, e que essas variações físicas não comprometem a convivência nem a reprodução entre os indivíduos. Em outras palavras, não existem “raças humanas” no sentido biológico. No entanto, o conceito de “raça”, conforme discutido neste texto, é entendido como “raças sociais” (Munanga, 2006) — construções narrativas criadas por determinados grupos, os quais, segundo Foucault (1979), utilizam o poder para inferiorizar outros, gerando desigualdade e justificando a exploração e a opressão. Dessa forma, embora as raças biológicas não existam, as estruturas sociais continuam racializadas nos âmbitos cultural, político, econômico e jurídico.

No que tange à possível associação direta entre a raça negra e a performance futebolística, entendida, aqui, como uma forma de determinismo, essa relação tem raízes no nacionalismo ufanista, que se iniciou na década de 1930, com o fenômeno sociopolítico conhecido como estadonovismo, acompanhado por novas teorizações acadêmicas sobre a sociedade brasileira. O marco inaugural desse pensamento foi o texto *Football mulato* de Gilberto Freyre (1938), que, posteriormente, desembocou na obra de Mário Filho *O negro no futebol brasileiro* (1947). Esse discurso foi apropriado por grupos conservadores e manipulado, politicamente, pelo governo durante a ditadura militar, por meio de uma retórica ufanista disseminada pelo rádio, televisão, revistas e jornais. Contudo, como destacamos, não são poucos os acadêmicos, que adotaram tal perspectiva de forma acrítica, o que, sem intenção, acabou por corroborar o determinismo racial.

Dessa maneira, construiu-se o mito de que o Brasil, ao sair de um contexto de escravização e se transformar em uma democracia racial por meio da miscigenação, gerou um povo único, alegre, criativo, festivo, e inigualável na criação de arte, música e esporte. A ênfase na democracia racial concentra-se no “encontro das raças”, ocultando a persistência do racismo (não apenas estrutural) e os seus consequentes conflitos, desigualdades e relações de exploração. Mesmo quando o determinismo é exaltado, ele se torna prejudicial, pois não

apenas restringe os indivíduos a determinados papéis e lugares, mas também os responsabiliza por seu próprio fracasso, especialmente em contextos adversos, como o esporte. Esse fenômeno, muitas vezes, não é explicado como o resultado de uma história de opressão, como a escravidão e o racismo, mas sim como características inerentes aos próprios grupos. Essa visão distorcida, que afasta a responsabilidade estrutural, acaba sendo internalizada até por alguns negros e pardos que conseguem ascender socialmente (Ribeiro, 2006 *apud* Gomes, 2021, p. 100).

Entre os diversos aspectos que podemos problematizar nas narrativas essencialistas sobre nações, grupos ou indivíduos, destacam-se: a perpetuação, ainda que não intencional, da falsa dicotomia entre o natural e o social, e a interpretação da transmissão dos valores e práticas culturais como algo análogo à transmissão da herança genética. Além disso, tais narrativas contribuem para a manutenção da lógica meritocrática e do individualismo. Ao enaltecer o desempenho de atletas extraordinários e atribuir esse feito, em grande parte, à herança africana e/ou à miscigenação, surge a pergunta: por que tantos outros afrodescendentes e miscigenados, com as mesmas origens, não alcançam o mesmo nível de excelência?

O determinismo étnico-racial é uma forma de racismo estrutural conveniente ao sistema capitalista, pois fetichiza o futebol. Revelar que as condições socioeconômicas e estruturais são, em última instância, os fatores que mais influenciam o fracasso e o sucesso das seleções e dos jogadores nas partidas destrói o sonho de torcedores de clubes como o Paysandu, do Pará, ou o Criciúma, de Santa Catarina, que acreditam que seus times possam um dia ser campeões brasileiros ao enfrentar times como Flamengo, Corinthians, Vasco ou Palmeiras. No plano individual, essa desalienação elimina a aspiração de um jovem jogador da 2ª divisão de Rondônia de se tornar o próximo Pelé, diminuindo a competitividade tão valorizada pelo capitalismo contemporâneo.

Literalmente, “passar a bola” da idiosincrasia da performance brasileira no futebol para o legado genético e afirmar que esse legado está disponível para todos – ou para a maioria, por meio da miscigenação – além de reforçar a ideia de que as regras do futebol são absolutamente igualitárias (ou seja, que todos os clubes e seleções têm as mesmas chances de vitória), contribui para a manutenção da desigualdade no Brasil, também refletida em seus esportes. Em termos weberianos, desencantar o futebol não é, literalmente, um “bom negócio”.

Sob uma perspectiva histórica e antropológica, é mais profícuo investigar os fatores socioeconômicos, culturais e da mentalidade coletiva nas grandes cidades do Sudeste brasileiro, em vez de atribuir o fenômeno do futebol à herança genética ou ao clima do país – fatores que teriam contribuído para que o futebol se popularizasse e se tornasse o esporte nacional, ao invés do *rugby*, por exemplo. Vale lembrar que ambos os esportes foram introduzidos no país na mesma época, oficialmente pela mesma pessoa (Charles Miller) e no seio da mesma classe social: os clubes de elite da cidade de São Paulo.

Referências

ALVES, Maycon E. V. Futebol, negros e o varguismo: a construção da identidade nacional e a questão racial. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, v. 1, n. 1, p. 145-164, 2023. DOI: <https://doi.org/10.59616/conehd.v1i01.65>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BARREIROS, Elias. *Antropologia social e cultural*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S./A., 2016.

DA MATTA, Roberto. Os milagres do futebol (27/06/1982). In: DA MATTA, Roberto. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 87-93.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. Foot-ball mulato. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 jun. 1938. p. 4.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30. ed. Rio de Janeiro: Global, 2003.

GIL, Gilson. O drama do Futebol-Arte: o debate sobre a seleção nos anos 70. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, p. 100-109, 1994. Disponível em: https://ludopedio.org.br/wp-content/uploads/021935_Gil_-_O_drama_do_futebol_arte.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024

GOMES, Gabriel P. S. Pretos e pardos, uni-vos. Os desafios de ser negro no Brasil do século XXI. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, v. 2, n. 1, p. 80-106, jan./jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdciv.2021.55825>. Acesso em: 13 out. 2024

HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo; SOARES, Antônio J. *Mídia, raça e idolatria: a invenção do país do futebol*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

LOPES, Felipe T. P. Futebol, ideologia e cultura de massa: repensando a perspectiva crítica. *Tríade: comunicação, cultura e mídia*, Sorocaba, SP, v. 4, n. 7, p. 89-108, jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/download/2477/2210>. Acesso em: 15 jun. 2024.

LOPES, José S. L. Class, ethnicity, and color in the making of Brazilian football. *Daedalus*, v. 129, n. 2, p. 239-270, 2000. Disponível em: https://www.amacad.org/sites/default/files/daedalus/downloads/Daedalus_Sp2000_Brazil-Burden-of-Past-Promise-of-Future.pdf#page=251. Acesso em: 28 nov. 2024

LOVISOLO, Hugo R.; SOARES, Antônio J. G. Futebol de várzea como crítica romântica. *Caderno Cultural da Revista eletrônica Polêmica*, n. 8, p. 4-8, jan./mar. 2003.

MELO, Mariana. *O futebol e o surgimento dos mitos: a mídia e a análise dos discursos*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MENDES, Fábio. *Campeões da raça: os heróis negros da Copa de 1958*. São Paulo: Shuriken Editora, 2018. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/campeoes-da-raca/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: HASENBALG, Carlos; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilia (org.). *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 1998. p. 43-65.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito 'racial' de marca e preconceito 'racial' de origem. *Revista Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-307, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024

PARISI, Elio R. Historias de Lucha: las Abuelas de Plaza de Mayo. *Revista Electrónica de Psicología Política*, año 18, n. 45, p. 25-52, 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<http://www.psicopol.unsl.edu.ar/pdf/REPP-A18-N45-Art03.pdf> Acesso em: 29 nov. 2024.

PENNA, Sérgio D. *Homo brasilis*. São Paulo: Funpec, 2002.

PEREIRA, Alan K.; SCHONS, Guilherme J. Apresentação. In: PEREIRA, Alan K.; SCHONS, Guilherme J. (org.). *Uma história com os de baixo: o público como multidão engajada*. Cachoeirinha: Editora Fi, 2024. p. 3-17.

REVISTA FUTEBOL E RAÇA. Editora Cedibral, n. 3, 1988. Disponível em: https://maniadegibi.com/loja/product_info.php?products_id=35756&osCsid=854c57. Acesso em: 15 jun. 2024.

REVISTA VEJA, São Paulo: Editora Abril, n. 2168, 9 jun. 2010. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/revista-veja-edicao-2168-9-de-junho-de-2010-247324ed276913.html>. Acesso em: 15 jun. 2024.

RIBEIRO, Darcy. *Mestiço é que é bom*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

ROSSI, Jones; MENDES JR., Leonardo. *Guia politicamente incorreto do futebol*. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2014.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Marcos A. de. Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 6-7, p. 109–152, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1864/1985>. Acesso em: 26 nov. 2024.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.